

A Importância de Macau em quatro décadas de relações diplomáticas entre Portugal e a China

中葡建交四十年澳门之重要性

Este artigo procura fazer uma análise, pouco abordada, à importância que Macau teve no processo das Relações Diplomáticas, através de medidas estruturais que foram tomadas localmente e também através de uma aproximação progressiva que houve entre Macau e a China, através de quatro etapas essenciais: o Estatuto Orgânico de Macau de 1976, a assinatura do reatamento das Relações Diplomáticas em 8 de fevereiro de 1978, a assinatura da Declaração Conjunta de 13 de abril de 1987, em Pequim, entre os Governos de Portugal e da República Popular da China (RPC), culminando com a transferência da Administração em 20 de dezembro de 1999.

Mas também se salienta que esta relação tem sido reforçada, depois de 2000, com medidas tomadas pelo Governo da RPC, em que se deu um papel primordial a Macau.

Do meu livro “Macau nos Anos da Revolução Portuguesa – 1974/1979” vou transcrever uma parte que descreve, de acordo com os meus olhos e a minha sensibilidade, como era Macau em 1974:

“Sendo o turismo a primeira das suas atividades (entre muitas ilegais), Macau era uma cidade aparentemente adormecida, mas muito atraente e cosmopolita, fervilhante de movimento (com ligações marítimas a Hong Kong, Cantão e ilhas), composta por gente de várias etnias, rica de património edificado, com muitas escolas, uma forte presença da Igreja Católica e vários templos de diferentes confissões religiosas. Possuía, ainda, inúmeros restaurantes, um bairro flutuante com centenas de barcos de pesca, diversas indústrias (dominadas pelas fábricas de têxteis, lãs e mobiliário) e uma construção civil muito ativa, tintins (antiquários e vendedores de velharias), ourivesarias, bancos, casas de câmbio e de penhores, muito comércio, hotéis, três casinos, corridas de galgos e apostas na pelota basca, bem como um grande prémio automóvel.

Ao mesmo tempo, coexistiam em Macau bolsas sociais de grande pobreza e milhares de refugiados vindos dos vários conflitos regionais que tinham a sua resposta em muitas associações de beneficência.

Nas ilhas da Taipa e em Coloane não acontecia praticamente nada. As ilhas careciam de desenvolvimento.

A sociedade civil chinesa era muito ativa e integrada num elevado número de associações dedicadas a todo o tipo de objetivos.

Os portugueses, profundamente minoritários, viviam



José Eduardo Garcia Leandro
Governador de Macau (1974-1979)
Presidente da Fundação Jorge Álvares

como numa vila, na sua sociedade de língua e cultura portuguesas com alguma vida associativa (Clube de Macau e Clube Militar), evidenciando-se alguns residentes de elevado gabarito cultural. Tinham uma enorme convivência com estrangeiros, por via do turismo e pela influência de Hong Kong, pelas relações históricas com Cantão, Xangai e Pequim, e pelo próprio mosaico de etnias que ali tinham escolhido residir, originando uma miscigenação rara das mais diversas origens.

Na sua vida social, Macau era o casamento quase perfeito do Oriente com o Ocidente, algo desorganizado, mas que nunca deveria ser destruído. Eram manifestamente necessárias algumas mudanças importantes para que tudo pudesse “entrar nos carris” e chegassem definitivamente o desenvolvimento e a estabilidade.

Até ali, a capacidade de intervenção do Governo na regulamentação e acompanhamento das atividades económicas era reduzida, existindo grande confusão e indisciplina: um “salve-se quem puder”. O Governo pairava acima dos interesses instalados...

Os mecanismos sociais eram muito específicos e complexos, porque Macau tinha sido, ao longo dos séculos, o local de encontro entre duas comunidades culturalmente diferentes que souberam criar uma nova sociedade de entendimento com as naturais consequências em tudo quanto à vida humana diz respeito. Residia aqui o seu encanto e raridade”.

A importância de Macau e as medidas tomadas

Depois dos acontecimentos do 25 de Abril, havia em Portugal uma vontade genuína de estabelecer relações diplomáticas com todos os países que nos interessavam, incluindo naturalmente a República Popular da China (RPC).

Neste contexto, procurou-se uma sede para base das conversações entre Portugal e a China; puseram-se várias hipóteses, sendo Macau uma das possibilidades, já comigo Governador, muito em virtude do ambiente que atrás apresentei. Esta solução não teve a minha concordância, tendo explicado a Lisboa que, a meu ver, não deveríamos condicionar as relações entre Lisboa e Pequim ao futuro de Macau (se correu bem, podia ter acontecido o contrário). Tal visão teve o acordo de Lisboa e foi Paris escolhida como sede das negociações formais, através do então Embaixador Coimbra Martins.

Mas esta decisão não tirou qualquer importância a Macau em tal processo, já que era o local onde diariamente se convivia e foi-se criando um ambiente de confiança, com sucessivos, embora lentos, passos em frente, que levaram à assinatura formal do reatamento das relações entre Portugal e a China, em Paris, a 8 de fevereiro de 1979.

Para a RPC foi um processo lento por questões internas (o final do maoísmo e a ascensão ao poder de Deng Tsiao Peng) e externas (o receio de que Portugal pudesse cair na órbita soviética e também a eventual influência de Taiwan).

De que forma participou Macau?

Em Macau, além da progressiva aproximação entre os dois lados, tomaram-se com o meu Governo medidas estruturais internas que permitiram um reforço da confiança entre a China e Portugal, tais como:

– A aprovação do Estatuto Orgânico de Macau (EOM), em 17 de fevereiro de 1976, que dava a Macau a autonomia indispensável nos campos legislativo, administrativo, económico e financeiro, apenas ficando para Lisboa a Justiça, a Defesa (da responsabilidade do Presidente da República,

por meios políticos e diplomáticos) e as Relações Externas (que foram delegadas no Governo de Macau em tudo quanto apenas ao Território dissesse respeito);

– A criação da nova Assembleia Legislativa (2/3 eleita), cujo Presidente foi pela primeira vez um dos seus membros, eleito pelos seus pares;

– A criação das Forças de Segurança de Macau (FSM), a 1 de janeiro de 1976, cuja missão era a Segurança Interna, tendo-se consumado o final da presença das Forças Armadas a 31 de dezembro de 1975, o que significou que Portugal não considerava a RPC como um inimigo externo, decisão de grande sentido simbólico;

– As medidas tomadas para a valorização da Pataca, com a sua desindexação do Escudo e a sua indexação ao Dólar de Hong Kong;

– O aumento das reservas de divisas e sua gestão pelo Governo local, bem como o controlo do Governo sobre algumas ações do Banco Emissor (BNU); para esta finali-

dade contribuíram também a revisão de alguns contratos com empresas privadas que permitiram aumentar as receitas do Estado;

– A Reforma Tributária aprovada em 1977 e 1978 (Imposto Complementar, Imposto Industrial, Contribuição Predial e Siza, Contribuição Profissional), atualizando o sistema anterior que vinha de 1942-1943.

Todas estas medidas de carácter político e económico foram absorvidas pela Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) e ainda se encontram em vigor, com algumas atualizações pontuais.

Aproximação progressiva com a China

Ao longo destes anos, aconteceu uma progressiva aproximação entre as entidades oficiais portuguesas e os representantes oficiosos da RPC, tendo havido também encontros de delegações culturais e desportivas dos dois países, que foram aumentando com o tempo:

– Foram recebidas autoridades governamentais da China em Macau;

– Em 1976 e 1977 duas delegações parlamentares e militares portuguesas visitaram a RPC (Pequim, Xangai e Cantão), tendo estado também em Macau e Hong Kong;

– Em 1978, o Sporting Clube de Portugal, então vencedor da Taça de Portugal em futebol, jogou em Pequim, Xangai e Cantão e também em Macau e Hong Kong (foi

“Macau [foi], ao longo dos séculos, o local de encontro entre duas comunidades culturalmente diferentes que souberam criar uma nova sociedade de entendimento...”

uma visita de aproximação de grande sucesso);

– Em abril/maio de 1978, fui convidado para uma “visita de amizade” de 18 dias à China, com uma delegação de Macau, tendo tido em Cantão uma reunião com os responsáveis pelo governo local em que foi analisada uma longa lista de assuntos a resolver e definidos os processos para os tratar;

– No final do meu tempo em Macau, dias antes do reatamento das relações diplomáticas, fui convidado para passar por Cantão e Pequim (tendo sido recebido no Ministério de Negócios Estrangeiros);

Tudo isto culminou com o Acordo sobre o reatamento das relações oficiais entre os dois países, assinado em Paris, a 8 de fevereiro de 1979.

Mas o processo deste relacionamento oficial não termina aqui.

Tendo havido seis Governadores portugueses depois do 25 de Abril, foram três (bem diferentes) os contextos de atuação:

– Na vigência do meu mandato, tudo teve de ser repensado e reconstruído para que Macau pudesse sobreviver com êxito no período que se seguiria: foi a efetiva Reforma do Estado;

– Nos mandatos dos Governadores Melo Egídio, Almeida e Costa e Pinto Machado, o exercício de poder contou com a participação dos Embaixadores em Pequim e em Lisboa, o que lhes deu mais facilidades de atuação;

– Por fim, depois da Declaração Conjunta de 13 de abril de 1987, em Pequim, os Governadores Carlos Melancia e

Rocha Vieira tiveram de criar as condições para que, em 20 de Dezembro de 1999, pudesse ocorrer a mudança de Administração, passando a responder perante Lisboa e Pequim; e tal veio a acontecer às zero horas de 20 de dezembro, com um trabalho feito com grande sucesso, dignidade e bom ambiente, na presença dos dois Chefes de Estado, abrindo-se assim caminho para uma feliz relação que se tem vindo a manter.

A continuidade e fortalecimento da relação depois de 2000

Com a criação da RAEM, as boas relações com os sucessivos governantes chineses têm continuado até hoje, tendo-se assistido a um reforço do papel de Macau.

Valerá a pena lembrar que em 2003 foi criado o Fórum Macau que permite reuniões anuais da China com os Países de Língua Portuguesa, o que tem permitido a análise de todo o tipo de temas, com vantagens para todas as partes, ocorrendo periodicamente reuniões ministeriais.

Em 2005, por proposta da China, o Centro Histórico de Macau foi considerado pela UNESCO como Património da Humanidade. A proposta teve imenso significado já que a China, com a sua dimensão, história e cultura, tem muitos e variados locais geográficos e edificados que pode propor para esta distinção.

A importância de Macau viria a ser reforçada em finais de 2018, com a visita do Presidente Xi Jinping a Portugal. Nessa altura, foram assinados entre os dois países vários protocolos em que Macau aparece especificamente tratado.

Com os dois grandes projetos da RPC para o futuro – “A Nova Rota da Seda” e a “Grande Baía” – a importância estratégica de Macau aparece novamente reforçada.

Assim, e concluindo, pode ser dito que, no contexto das relações Portugal-China, Macau teve um papel diário na construção do processo que levou ao reatamento das Relações Diplomáticas e que, mercê da sua especificidade e pelo interesse chinês, a RAEM tem sido um local de encontro permanente nas relações com os Países de Língua Portuguesa. E, com os dois projetos atrás mencionados, novas possibilidades de afirmação e visibilidade se perspetivam. ■

